

Raquel Alves Souza Silva

**A INFLUÊNCIA DAS ASSOCIAÇÕES ATLÉTICAS ACADÊMICAS NA
FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS
GERAIS**

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG

2021

Raquel Alves Souza Silva

**INFLUÊNCIA DAS ASSOCIAÇÕES ATLÉTICAS ACADÊMICAS NA FORMAÇÃO
DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Educação Física da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Orientadora: Ms. Brisa de Assis Pereira

Coorientador: Dr. Luciano Pereira da Silva

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG

2021

RESUMO

A presente pesquisa se origina de uma experiência pessoal em gestão do esporte e lazer universitário e tem como objetivo investigar a influência da participação em Associações Atléticas Acadêmicas na formação dos estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais. Foi realizada a aplicação de um questionário semiaberto. A amostra foi composta por 111 estudantes e egressos da UFMG. Por meio da análise quantitativa e qualitativa, os resultados indicam que o envolvimento com as associações atléticas trouxeram diversos benefícios aos estudantes, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e profissional. Dentre eles, os principais fatores citados foram a integração social, melhora da saúde física e mental, desenvolvimento de habilidades comportamentais e a motivação para continuar no curso. Dessa forma, conclui-se que a participação nas AAA's têm grande contribuição para a formação dos alunos, assim como eles reconhecem a importância de tal envolvimento.

Palavras-chave: Associações Atléticas Acadêmicas. Esporte e lazer. Esporte universitário.

LISTA DE SIGLAS

AAA - Associação Atlética Acadêmica

AAAEFFTO - Associação Atlética Acadêmica da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional

AAAFACE - Associação Atlética Acadêmica da Faculdade de Ciências Econômicas

AAAFD - Associação Atlética Acadêmica da Faculdade de Direito

AAAIEx - Associação Atlética Acadêmica do Instituto de Ciências Exatas

AAAPES - Associação Atlética Acadêmica Professor Eder Silva

AAAS - Associação Atlética Acadêmica da Saúde

AAEAD - Associação Atlética da Escola de Arquitetura e Design

AAEEEE - Associação Atlética Esportiva dos Estudantes da Escola de Engenharia

AAFAB - Associação Atlética de Farmácia e Biomedicina

AAFAFICH - Associação Atlética da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

AAFO - Associação Atlética da Faculdade de Odontologia

AALEB - Associação Atlética da Faculdade de Letras, Escola de Ciência da Informação e Escola de Belas Artes

AAUCB - Associação Atlética Unificada de Ciências Biológicas

CBDU - Confederação Brasileira de Desporto Universitária

CEU - Centro Esportivo Universitário

CMD - Conclave Médico Desportivo e Cultural

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CTE - Centro de Treinamento Esportivo

CUBE - Confederação Universitária Brasileira de Esporte

DA - Diretório Acadêmico

DCE - Diretório Central dos Estudantes

ICA - Instituto de Ciências Agrárias

IES - Instituições de Ensino Superior

MG - Minas Gerais

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

RJ - Rio de Janeiro

SP - São Paulo

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UMG - Universidade de Minas Gerais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
1.1	Objetivo Geral	9
1.2	Objetivos Específicos	9
2	REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1	O papel da universidade pública e do esporte na formação dos sujeitos.....	10
2.2	Trajetória do esporte universitário e das AAABs	13
3	METODOLOGIA	17
3.1	Amostra.....	18
3.2	Instrumento e coleta de dados	20
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
4.1	Caracterização do público-alvo	22
4.2	Motivação para participação nas associações.....	23
4.3	Atividades desenvolvidas pelas AAABs	26
4.4	Significado do esporte universitário e sua influência na formação dos sujeitos.....	32
5	CONCLUSÃO	37
	REFERÊNCIAS	38

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei nº 9.394/96, foi atribuído como umas das finalidades da educação superior “formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais [...]” (BRASIL, 1996). Formação esta que deve se preocupar com o desenvolvimento técnico-científico dos estudantes, preparando-os para o mercado de trabalho, por meio da oferta de competências e qualidades técnicas específicas para cada profissão.

Entretanto, na referida lei, há uma ampliação do conceito de formação acadêmica, para além do crescimento profissional, abarcando o desenvolvimento político-social e, ainda, a criação e difusão cultural. Ou seja, a formação de sujeitos críticos, reflexivos e preocupados com as injustiças sociais, aqui denominada formação cidadã, embora referida por outros autores como formação humanística, plena, cultural, global, social, integral, entres outros (ASSIS, 2019; AZEVEDO, 2014; FERREIRA, 2009; FERREIRA, 2016; PEREIRA, 2018; PEREIRA; SILVA, 2019; RIBEIRO, 2012; RIBEIRO; MARIN, 2012).

Ferreira (2009) salienta que “os papéis sociais a serem exercidos pelas universidades devem ser permanentemente objeto de reflexão e estar articulados a um projeto de sociedade democrática, voltada para os interesses e direitos de todos os seus cidadãos [...]” (p. 257). Corroborando com a autora, o presente trabalho de conclusão de curso foi desenvolvido a partir da compreensão de que as universidades devem contribuir para uma formação ampliada dos estudantes, abarcando, para além da formação técnica-acadêmica, a formação cidadã.

No quadro da formação cidadã e da garantia de direitos, encontra-se, dentre outros, o esporte. Ao ser referido no artigo 217 da Constituição Federal, a carta magna prevê que é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais como direito de cada um. No âmbito da educação superior, as universidades federais, configurando-se como uma das instituições do Estado, adquirem uma importante contribuição na garantia e manutenção dos direitos sociais, incluindo o acesso ao esporte e ao lazer (PEREIRA; SILVA, 2019).

O esporte, fenômeno sociocultural moderno, tem grande importância no processo educacional, desenvolvendo princípios e normas de comportamento, como

aponta Bracht (1997). Por estar “presente em diversos espaços de atividades humanas, como clubes, federações, confederações, escolas, academias, empresas, igrejas, asilos, prisões, organizado formal ou informalmente” (RAMOS; ISAYAMA, 2009, p. 379), sua prática também ganha importância na manutenção da saúde e como atividade de desenvolvimento cognitivo e integração social, sendo assim entendido como fator de expansão da cidadania - assunto que será melhor desenvolvido no capítulo destinado ao referencial teórico. Vale ressaltar que o esporte tem forte presença no âmbito universitário, tendo como uma das formas de manifestação as atividades desenvolvidas pelas Associações Atléticas Acadêmicas (AAA's).

As AAA's, resumidamente, têm como objetivo promover o esporte e a integração entre os estudantes. Elas são, antes de tudo, uma organização estudantil capaz de transformar a vida universitária e influenciar na sociedade. As associações atléticas ensinam a lidar com responsabilidade, por meio da organização de eventos esportivos e sociais como, por exemplo, as ações beneficentes, treinos e campeonatos, ações estas que nos fazem lidar e trabalhar com os diferentes grupos e pessoas. Também promovem recepções para os calouros¹, palestras em parceria com centros acadêmicos, reuniões abertas e se posicionam politicamente (ou deveriam se posicionar), sendo essas ações pensadas para integrar ainda mais a comunidade acadêmica.

Além disso, propiciam experiências sociais positivas para a saúde mental, bem-estar e qualidade de vida dos estudantes. Por esses motivos, em uma visão salvacionista, podem ser entendidas como uma saída em meio a um ambiente exaustivo da universidade e contribuem também para uma forte identificação com o curso e sentimento de pertencimento. Entretanto, apesar dos pontos elencados acima, nota-se ainda uma deslegitimação das atléticas no ambiente universitário, seja pelas instituições de ensino ou pelos próprios alunos. Uma hipótese está relacionada às concepções existentes na sociedade em relação ao esporte, considerado como alienante e disseminador de preconceitos ou, ainda, por seu histórico conservador nas instituições universitárias, como destacado a seguir:

¹ A recepção de calouros é um movimento institucionalizado, organizado em parceria com outros órgãos estudantis. Tem por objetivo recepcionar os alunos ingressantes e apresentá-los às normas e organizações gerais da instituição, além de integrá-los à comunidade acadêmica. Disponível em: <http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/noticias/3349/pet_terapia_ocupacional_lazer_atletica_e_o_da_da_e_effto_promovem_rece>. Acesso em: 12 de abril de 2021

Ao longo dos anos, a relação existente entre os órgãos do movimento estudantil sofreu tensões que refletem ainda nos dias de hoje. Após serem inseridos oficialmente nas universidades por meio do AI-5, com caráter conservador, a Educação Física e o esporte colaboraram com o esvaziamento de qualquer tentativa de rearticulação política do movimento estudantil da época, e passaram a receber grande incentivo dos militares, principalmente por meio do fortalecimento das AAA's, em detrimento dos DA's. Tal movimento fez com que as associações atléticas se tornassem alvos de repressão e preconceitos daqueles que desarticulam as chamadas práticas "físico-desportivas" das práticas "humanistas" (PEREIRA; SILVA, 2019, p. 121).

O fato em questão pode estar relacionado a um dos motivos pelo qual grande parte das associações atléticas não recebem incentivo financeiro da instituição, tendo que realizar festas, vendas de produtos, entre outros, como formas de arrecadação de dinheiro para sua própria manutenção e para participar de campeonatos. Nesse sentido, as AAA's também podem assumir um papel de resistência.

Considerando a minha experiência pessoal na Associação Atlética Acadêmica da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (AAEEFTO) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ao qual desempenhei diversas funções atuando como atleta, assessora, coordenadora esportiva e diretora de esportes, destaco este movimento estudantil como um fenômeno político-social que tem grande importância no fomento do esporte e do lazer dentro das universidades, "seja pela pressão que exercem junto às administrações através do movimento estudantil organizado, seja por serem também executoras de políticas de esporte e lazer" (PEREIRA; SILVA, 2019, p.2). Ademais, essa experiência contribuiu para minha formação cidadã, me tornando uma pessoa mais crítica e socialmente ativa, com ações e discussões importantes que possibilitam debates igualitários.

Estas constatações me despertaram, conseqüentemente, o interesse em investigar e compreender melhor a influência da participação em movimentos estudantis, além de ter a possibilidade, por meio deste trabalho, de ampliar as discussões acerca do tema e incentivar a participação dos estudantes em atividades estudantis extracurriculares.

Apesar da importância do esporte e das AAA's na vida dos universitários, nota-se uma escassez de estudos com relação a temática do esporte universitário como agente formador, mais especificamente sobre as atléticas, o que torna

relevante a pesquisa realizada, uma vez que contribui para a ampliação do conhecimento e aprofundamento do assunto.

Por compreender ser de suma importância a formação político-social na vida dos estudantes e percebendo uma relevante influência da AAA em minha formação, a linha norteadora deste estudo é investigar se - e como - as atléticas influenciam a experiência formativa de seus participantes. Nessa perspectiva, os dados dessa pesquisa podem contribuir para uma visão geral do entendimento dos participantes das associações atléticas em relação ao papel da universidade e ainda a contribuição das práticas de esporte e lazer para seus próprios percursos formativos.

Sendo assim, o presente trabalho está organizado em capítulos destinados: ao referencial teórico, que aborda as temáticas do papel da universidade pública, do esporte como agente formador e da história das políticas de esporte dentro da universidade; à metodologia, em que é apresentado o levantamento bibliográfico e o percurso metodológico da pesquisa; à apresentação e discussão dos resultados com a literatura; e, por fim, um capítulo destinado às considerações finais.

1.1 Objetivo Geral

Investigar a influência da participação em Associações Atléticas Acadêmicas na formação dos estudantes e egressos da Universidade Federal de Minas Gerais.

1.2 Objetivos Específicos

- Identificar a motivação para a participação dos estudantes e egressos nas Associações Atléticas Acadêmicas;
- Investigar as atividades desempenhadas e o envolvimento dos participantes nas Associações Atléticas Acadêmicas;
- Analisar a percepção dos estudantes e egressos sobre a influência das Associações Atléticas Acadêmicas em suas formações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O papel da universidade pública e do esporte na formação dos sujeitos

O papel da universidade pública é mais amplo do que somente a formação profissional dos estudantes de cada curso. Em 1988 foi atribuído às universidades o princípio da indissociabilidade, no artigo 207 da Constituição Federal, no qual a pesquisa, o ensino e a extensão passaram a ser compreendidos de forma indissociada e comprometidos com a realidade social. O princípio da indissociabilidade foi baseado na concepção de uma universidade “pública, gratuita, autônoma, democrática e socialmente relevante” (ANDES, 2003, p. 50). É importante ressaltar que ele surgiu no período pós-ditadura militar e, por isso, foi alvo de tentativas de remoção, fragilizando tal princípio. Essa fragilização é evidenciada pela diferenciação atribuída às Instituições de Ensino Superior (IES) como universidade, centro universitário, faculdade, faculdade integrada, institutos superiores ou escolas superiores, pelo Decreto nº 2.306/97² e, ainda, pelo Decreto nº 3.860/01³, que atribuiu somente às universidades a obrigatoriedade de cumprimento do referido princípio, isentando todas as demais IES. No entendimento do ANDES:

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão reflete um conceito de qualidade do trabalho acadêmico que favorece a aproximação entre universidade e sociedade, a auto-reflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho acadêmico. A concretização deste princípio supõe a realização de projetos coletivos de trabalho que se referenciem na avaliação institucional, no planejamento das ações institucionais e na avaliação que leve em conta o interesse da maioria da sociedade. (ANDES, 2003, p. 30)

Pereira e Silva (2019), baseado no artigo quatro do projeto de lei de 2006⁴, que estabelece normas gerais da educação superior, realizaram uma síntese⁵ que

² Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2306.htm>. Acesso em: 17 mar. 2021

³ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/DecN3860.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2021

⁴ Estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino, altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996; 8.958, de 20 de dezembro de 1994; 9.504, de 30 de setembro de 1997; 9.532, de 10 de dezembro de 1997; 9.870, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/PL/2006/msg449-060608.htm>. Acesso em: 17 mar. 2021

⁵ “Para além de democratizar o acesso e as condições do trabalho acadêmico, primar por padrões de qualidade aferidos na forma de lei e pela liberdade acadêmica através da livre expressão da

reforça tal entendimento. Convém destacar o inciso IV do referido artigo que determina que as “atividades curriculares que promovam o respeito aos direitos humanos e o exercício da cidadania” (BRASIL, 1988), são requisitos para a garantia do atendimento da função social do ensino superior pela instituição.

Em relação ao exercício da cidadania, Marshall (1967) trás uma concepção de que seu desenvolvimento está ligado aos direitos atribuídos aos homens, iniciando pelo civil, seguindo para o político e se consolidando com o social. Entretanto, essa sequência foi baseada em sua experiência na sociedade inglesa, enquanto que no Brasil, devido à ditadura militar, houve uma inversão desta proposta, uma vez que os direitos sociais foram cedidos por parte do Estado, usados como uma forma de alienação frente ao cenário político, em contrapartida da restrição dos direitos civis e políticos (DINIZ, 2016, p. 20).

Posteriormente, no cenário de redemocratização, temos pela primeira vez os direitos sociais sendo citado no texto constitucional:

CAPÍTULO II DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

Para Marcellino (2010), o esporte já poderia estar contemplado no direito social ao lazer, uma vez que se trata de uma das suas manifestações, assim como também é uma possibilidade do processo educacional, “[...] como conteúdo de formação cidadã no âmbito da educação formal ou informal [...]” (DINIZ, 2016, p. 25) e, ainda, um elemento da promoção da saúde física e mental, todos esses, já mencionados na Constituição como direitos sociais.

Corroboro com Diniz (2016) ao afirmar que, embora o esporte não esteja amparado no capítulo dos direitos sociais, ele “eleva-se ao *status* de direito social com sua positivação” (p.25) através do artigo 217 dentro do Título VIII – Da Ordem Social; Capítulo III – Da Educação, da Cultural e do Desporto; Seção III – Do Desporto.

atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, a função social do ensino superior deverá, dentre outras coisas, garantir a elaboração de “[...] atividades curriculares que promovam o respeito aos direitos humanos e o exercício da cidadania” (BRASIL, 1998 *apud* PEREIRA; SILVA, 2019, p.97).

Marshall (1967) afirma ainda, sobre os direitos sociais, que “as instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais” (p. 64). Partindo desse princípio, pode-se afirmar que as universidades têm um papel fundamental na formação cidadã dos sujeitos e manutenção dos direitos sociais da realidade em que está inserida. Portanto, ao pensar a relação do papel social da universidade pública com o esporte, faz-se necessário uma reflexão sobre suas formas de manifestação e de sua capacidade como agente formador.

“As atividades tidas como esportivas, sejam elas competitivas ou não, se fazem invariavelmente presentes em todas as sociedades” (BUENO, 2008, p. 62). Apesar do esporte, antigamente, ser considerado uma atividade praticada pelos burgueses e responsável pela formação de atletas, Bueno (2008) afirma que o esporte moderno, em dois séculos de existência, se transformou em um fenômeno sociocultural mundial, presente na vida de todos em múltiplas esferas e manifestações, ganhando espaço como uma possibilidade de lazer e, também, na educação. “Embora contenha características específicas, esse fenômeno apresenta traços diferentes de acordo com o ambiente em que se insere” (STIGGER, 2002 *apud* MARQUES; GUTIERREZ; ALMEIDA, 2008, p. 43) e um dos âmbitos em que o esporte está inserido é na universidade, logo:

Entendendo o esporte e o lazer como fenômenos socioculturais de cunho formador do cidadão, torna-se pertinente à comunidade universitária o acesso as diferentes formas de manifestação cultural, possibilitando a inclusão e o acesso aos diferentes bens culturais, a universidade pode se configurar como espaço diferenciado de esporte e lazer (RIBEIRO, 2010, p. 4).

Necessário se faz o reconhecimento da importância do esporte e lazer “[...] no processo de emancipação e formação crítica dos sujeitos [...] para construção de uma sociedade (universidade) mais justa” (PEREIRA, 2018, p. 37) e, para que isso aconteça, Pereira (2018) afirma que é preciso superar as visões simplistas e funcionalistas atreladas a estes fenômenos. Sendo assim, reforço o argumento de Ribeiro e Marin (2012) de que as práticas de esporte e lazer contribuem tanto para o desenvolvimento técnico-científico quanto político-social, devendo estes serem levados em consideração para a formação cidadã dos sujeitos.

Azevedo (2014) pensando sobre essas duas vertentes de formação, técnico-científico e político-social, explica:

No primeiro, a escola adapta-se aos princípios e valores da economia de mercado, formando cidadãos clientes, produtores e consumidores, identificados com a ideologia de mercado. É a transformação da escola em

uma instituição educadora da cultura de mercado: *a mercoescola*. Nessa perspectiva todas as dimensões da vida podem ser reduzidas a mercadorias. No segundo, sem negar o mercado, mas não subordinando a vida à sua lógica, desenvolve-se um movimento que tem a pretensão de resgatar os princípios humanistas, ressignificá-los face ao contexto da globalização, construindo um núcleo formado por conceitos e valores identificados com a humanização do ser humano, com uma ordem moral, ética e política comprometida com os ideais emancipatórios: a escola democrática e inclusiva, comprometida com a formação humana (AZEVEDO, 2014, p. 16).

Desse modo, tem-se como expectativa que as universidades considerem em seu processo de formação acadêmica ambas as vertentes, com a finalidade de formar cidadãos críticos e reflexivos dispostos a lutar por uma sociedade justa e inclusiva.

2.2 Trajetória do esporte universitário e das AAAB

Starepravo *et al.* (2010), ao realizarem um estudo sobre o esporte universitário e a relação deste com o Estado, classificam sua trajetória em quatro etapas. A primeira fase começa por volta de 1900 em São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), na qual os primeiros confrontos entre estudantes universitários aconteceram, primeiramente, dentro dos próprios estados e, posteriormente, em 1916 esses confrontos se tornaram interestaduais. Em 1933 e 1934 surgiram as primeiras federações universitárias em RJ e SP, respectivamente, e, em 1935 aconteceu a I Olimpíada Universitária do Brasil. Em 1939 foi fundada a Confederação Brasileira de Desporto Universitária (CBDU) que, inicialmente, teve seu nome como Confederação Universitária Brasileira de Esporte (CUBE). Os autores enfatizam que todo esse avanço no campo esportivo universitário ocorreu de forma autônoma e sem apoio do Estado.

A partir da década de 1940, iniciou-se a segunda etapa do desporto universitário que teve como principal característica “[...] o financiamento e controle por parte do Estado, que em geral era centralizador das ações” (STAREPRAVO *et al.*, 2010, p. 138). O esporte universitário passou a ser regulamentado e, segundo Camargo e Mezzadri (2018), “[...] a regulamentação do esporte universitário viria acompanhada pela gênese das políticas públicas para o esporte no Brasil, por meio da Lei 3.199/41” (p. 57), que nomeou a CBDU o órgão máximo de representação do esporte universitário - apesar de sua fundação e propostas de legalização terem iniciado em 1939, só foi oficializada em 1941. Posteriormente, com a promulgação

do Decreto-Lei nº 3.617/41, (BRASIL, 1941b) ocorreu a primeira menção às AAA's, originando-as como a representação básica desportiva universitária de cada curso, constituídas pela união de estudantes, como destacado por Starepravo (2006).

Em 1977 um novo Decreto-Lei foi implementado, de nº 80.228/77, instituindo a Política Nacional de Desenvolvimento da Educação Física e Desporto e trouxe também uma nova configuração para as atléticas, que passaram a representar as instituições de ensino superior e não mais os cursos, além de permitir a participação dos professores (PEREIRA; SILVA, 2018).

A terceira fase ou a segunda transição do esporte universitário, como denominado por Starepravo *et al.* (2010), teve início na década de 1980, mais precisamente quando o regime militar deixou o poder. Com a Portaria nº 236 do Ministério da Educação, o esporte universitário passou a ser considerado esporte de alto rendimento. Entretanto, neste período pós-ditadura a participação do poder público começou a diminuir, pelo fato da Educação Física e o esporte terem sido usados como objeto de alienação frente a um cenário político autoritário:

Não são poucos os regimes autoritários, ou mesmo ditatoriais que tem massificado a prática esportiva, isto sem contudo democratizar, no sentido de possibilitar as minorias (idosos, deficientes, etc.) efetiva participação. De fato a intervenção do estado no mundo esportivo, tem sido, no sentido de induzir a prática esportiva na direção dos projetos políticos nacionais, frequentemente [sic] voltados para a propaganda e doutrinação (GEBARA, 1995, p. 131).

(...) coube à Educação Física o papel de, entrando no ensino superior, por conta do Decreto-lei nº 705/69, colaborar, através de seu caráter lúdicoesportivo, com o esvaziamento de qualquer tentativa de rearticulação política do movimento estudantil. Evidenciavam-se, dessa forma, os traços alienados e alienantes absorvidos pela "personagem" vivida pela Educação Física. (CASTELLANI FILHO, 1994, p. 121).

De acordo com os autores, a consolidação da segunda transição se deu em 1993, com a efetivação da Lei Zico (Lei Federal nº 8.672), que posteriormente foi revogada pela Lei Pelé (Lei Federal nº 9.615/98), na qual definiu as manifestações do esporte:

Art. 3º O desporto pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações:

I - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II - desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a

integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;
III - desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações (BRASIL, 1998).

Em relação a essas manifestações do esporte referidas na Lei Pelé, Palma *et al.* (2018) apresentaram uma aproximação feita por Da Costa (2006) sobre o esporte universitário:

[...] Esporte Universitário de Rendimento, praticado por alunos selecionados dentro de cada IES, com objetivo de participar de competições interuniversitárias, inclusive em campeonatos oficiais das Federações Universitárias Estaduais e pela CBDU; Esporte Universitário de Participação, praticado por qualquer aluno, voluntariamente, sem qualquer tipo de seleção, seja em competições internas ou atividades esportivas recreativas, visando a integração de todos, além da promoção de saúde e da educação; Esporte Universitário Educacional, praticado nas IES por meio da Educação Física Curricular ou nas Entidades Acadêmicas Esportivas (Associações Atléticas Acadêmicas – A.A.A., Departamentos Esportivos, Centros ou Diretórios Acadêmicos), com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral e a educação para a cidadania e o lazer (PALMA *et al.*, 2018, p. 151, grifo próprio).

Em 2003, com o mandato do então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, o esporte alcançou o *status* de Ministério e foi criada uma divisão do Esporte Universitário, dando início a última e mais recente fase do esporte universitário, chamada de modelo híbrido por Starepravo *et al.* (2010), caracterizada pelo fomento do esporte a partir da associação de verbas provenientes do Estado e da iniciativa privada. Para o autor, a política adotada pelo governo federal foi a intervenção nas instituições, com o intuito de reorganizar o esporte universitário brasileiro, uma vez que “[...] a falta de preparação e profissionalismo dos agentes envolvidos levou quase ao desaparecimento do esporte universitário, que não conseguiu adaptar-se ao novo momento, mais profissional” (STAREPRAVO, 2006, p. 130).

Diante deste contexto, é possível perceber que a trajetória do esporte universitário foi moldada a partir da sua relação com o Estado, seja de aproximação ou distanciamento, causando uma relação de dependência que está presente até hoje em sua estrutura. Também é possível identificar as diversas mudanças que as AAA's sofreram em relação às suas finalidades e, possivelmente, este seja um motivo para que, mesmo que regulamentadas desde a década de 1940, tal movimento tenha crescido e ganhado força recentemente (PEREIRA; SILVA, 2019)

- um indício disso são os poucos e recentes trabalhos acadêmicos realizados com esse tema apresentados no levantamento bibliográfico.

As associações atléticas, em sua maioria, são instituições formadas por alunos de graduação e pós-graduação que representam um ou mais cursos de uma IES, embora existam atléticas cuja representação abrange todos os cursos de uma IES. São regidas por um estatuto, entretanto o registro em cartório e o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ainda não configura prática exercida por todas as associações. Em relação a estrutura administrativa, percebe-se que não há uma padronização no que se refere aos membros que pensam e executam as ações realizadas. Tal diferença pode ser notada, sobretudo na quantidade de cargos e funções de uma associação para outra. Apesar de existirem essas diferenças, em virtude da autonomia das AAA's, elas têm objetivos em comum, como a promoção, desenvolvimento e representação da prática esportiva nas universidades, o desenvolvimento do espírito esportivo, além de prezar pela integração da comunidade acadêmica (OLIVEIRA, 2019; PEREIRA; SILVA, 2019).

Em pesquisa realizada por Pereira (2018) na busca de uma compreensão a respeito do papel que as AAA's assumem na organização e desenvolvimento do esporte e lazer dentro das IES, a autora, a partir dos resultados, enxerga evidências de que elas apresentam “[...] de forma mais ou menos autônoma, papel fundamental na reivindicação e incentivo ao desenvolvimento de políticas de esporte e lazer nas universidades em que estão inseridas [...]” (PEREIRA, 2018, p. 14).

Assim, por todo exposto até aqui, corroboro com Marin e Ribeiro (2010), Pereira (2018) e Pereira e Silva (2019) sobre o grande potencial de formação que o esporte e lazer têm, bem como a responsabilidade das universidades na promoção de uma educação emancipatória e cidadã dos sujeitos.

3 METODOLOGIA

O presente estudo, baseado nas definições de Gil (2002), pode ser classificado como um levantamento descritivo, pois objetiva descrever características de uma determinada população ou fenômeno, bem como estabelecer relações entre variáveis. A pesquisa possui os eixos quantitativo e qualitativo, uma vez que, de acordo com Gomes e Amaral (2005), tanto “observa, compara e mede” (p. 44), utilizando os dados para obter informações acerca do mundo, quanto também “observa, interpreta e compreende” (p.44), buscando discutir de forma aprofundada os significados e as percepções de determinados sujeitos sobre um fenômeno. Portanto, tais métodos “não se opõem, nem se excluem, mas se complementam no propósito de desvelar, de forma mais completa possível, as facetas de dado fenômeno ou realidade social” (LANDIM *et al.*, 2006, p.53).

Para o desenvolvimento da pesquisa, realizei um levantamento bibliográfico sobre as produções acadêmicas que dialogam com o tema da influência formativa das AAA's entre elas dissertações, teses, monografias de graduação, artigos acadêmicos e anais de congressos. No total, encontrei 18 trabalhos que se relacionam com a discussão. As buscas foram feitas no Portal de Periódico da CAPES, no sistema de bibliotecas da UFMG, no Google Acadêmico e no *Research Gate*, sem nenhum recorte temporal, sendo estas as temáticas principais: associações atléticas acadêmicas, esporte universitário, função social da universidade e políticas de esporte e lazer.

A respeito das AAA's encontrei três monografias de conclusão de curso em Administração e Ciências Contábeis que abordaram: 1) a percepção e as práticas de controle gerencial dos diretores das AAA's (AGUIAR, 2018); 2) a importância das atléticas para os estudantes e universidades (OLIVEIRA, 2019); e, 3) as possíveis competências desenvolvidas em sua atlética (MENEZES; REIS, 2019). Além de dois artigos publicados nas revistas *Research, Society and Development* e *Licere* com as seguintes finalidades: 1) compreender o papel que as AAA's assumem na organização e no desenvolvimento do esporte e lazer dentro de suas instituições (PEREIRA, 2019); e, 3) descrever sobre o percurso histórico do esporte universitário a realidade atual das associações atléticas (MALAGUTTI; ROJO; STAREPRAVO, 2020).

Em relação ao esporte universitário e sua trajetória, me deparei com duas monografias em que Ferreira (2016) e Assis (2019) analisaram a influência do esporte e lazer na formação dos estudantes. Três artigos publicados nas revistas *Motrivivência*, *Esporte e Sociedade* e *Revista Brasileira de Ciências do Esporte* que fazem referência à relação do esporte com o Estado, destes, dois foram elaborados por Starepravo *et al.* (2010), onde buscaram: 1) discutir o papel fundamental do Estado na gestão do esporte universitário brasileiro e 2) dissertar a respeito do desporto universitário e sua legislação; e, no terceiro artigo, Camargo e Mezzadri (2018) descreveram como se organizou o esporte universitário no país, a partir da Lei nº 3.617/41 e as características dessa organização durante a ditadura militar no Brasil. Por fim, uma dissertação de Starepravo (2006) que discorreu sobre a relação entre o poder público e o desporto universitário paranaense.

Quanto aos trabalhos acerca da função social da universidade e das políticas de esporte e lazer, encontrei duas dissertações: 1) Ribeiro (2012) buscou compreender se as universidades públicas brasileiras formulam políticas de esporte e lazer e qual o teor das propostas existentes; 2) Pereira (2018) debateu o papel das universidades públicas federais do estado de Minas Gerais (MG) na formulação de políticas de lazer e de esporte nos *campi*. Duas teses que, em uma, Bueno (2008) elegeu como tema o estudo da evolução da política pública do esporte no Brasil e, na outra, Ferreira (2009) discutiu a construção das novas concepções e papéis sociais que estão sendo requeridos para a universidade pública mediante a reforma da educação superior no Brasil entre 1995 e 2008. E, por fim, um artigo publicado na revista *Licere*, de Ribeiro e Marin (2012), no qual as autoras apresentaram um panorama inicial do modo como as universidades públicas brasileiras têm compreendido as manifestações de esporte e lazer na formulação de suas políticas institucionais.

3.1 Amostra

Constituiu o presente estudo estudantes e egressos que participaram, em alguma medida, de Associações Atléticas na UFMG.

A UFMG, inicialmente denominada como Universidade de Minas Gerais (UMG), foi fundada em 7 de setembro de 1927 pela Lei Estadual nº956, pela reunião das quatro instituições de ensino superior existentes na época em Belo

Horizonte: Faculdade de Direito; Faculdade de Medicina; Escola de Engenharia e Escola de Odontologia e Farmácia. Em 1949, ocorreu a federalização da UMG, mas seu nome e sua sigla só sofreram mudanças em 1965 e, a partir daí, a estrutura e a vida universitária foram alteradas em decorrência da Reforma Universitária de 1968, que modernizou a universidade brasileira, e também em virtude de circunstâncias políticas mais gerais.

De acordo com *site* oficial da UFMG, atualmente, sua comunidade reúne cerca de 72 mil pessoas (docentes, técnico-administrativos e discentes) que se distribuem em 91 cursos de graduação presenciais e 05 cursos à distância, 90 programas de pós-graduação e 860 núcleos de pesquisa nos quatro *campi*, sendo eles: o *campus* Pampulha, que reúne a Reitoria, os órgãos da administração central e a maioria das Unidades Acadêmicas; o *campus* Saúde, onde se localizam a Faculdade de Medicina, a Escola de Enfermagem e o Complexo do Hospital das Clínicas; o *campus* regional em Montes Claros, onde se localiza o Instituto de Ciências Agrárias (ICA); e o *campus* cultural da UFMG em Tiradentes. A Faculdade de Direito e a Escola de Arquitetura localizam-se na região central de Belo Horizonte.

No âmbito da representação estudantil, compõem ainda a estrutura universitária da UFMG os Diretórios Acadêmicos (DA's) vinculados a cada uma das unidades acadêmicas, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e 14 AAA's, elencadas na tabela a seguir:

TABELA 1 - Relação das AAA's existentes na UFMG e participantes do estudo.

Nome da Associação	Fundação
AAEEEE - Associação Atlética Esportiva dos Estudantes da Escola de Engenharia	1949
AAAPES - Associação Atlética Acadêmica Professor Eder Silva	1954
AAAFD - Associação Atlética Acadêmica da Faculdade de Direito	1969
CMD - Confederação Brasileira de Desporto Universitária	1996
AALEB - Associação Atlética da Faculdade de Letras, Escola de Ciência da Informação e Escola de Belas Artes	2012
AAAFACE - Associação Atlética Acadêmica da Faculdade de Ciências Econômicas	2012
AAEAD - Associação Atlética da Escola de Arquitetura e Design	2013
AAAEFFTO - Associação Atlética Acadêmica da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional	2013

AAFAFICH - Associação Atlética da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	2013
AAAICEx - Associação Atlética Acadêmica do Instituto de Ciências Exatas	2014
AAFO - Associação Atlética da Faculdade de Odontologia	2014
AAUCB - Associação Atlética Unificada de Ciências Biológicas	2014
AAAS - Associação Atlética Acadêmica da Saúde	2014
AAFAB - Associação Atlética de Farmácia e Biomedicina	2016

Fonte: Elaboração própria

Em relação a fundação das AAA's, percebe-se que o movimento estudantil em prol do esporte universitário na UFMG, é um movimento consideravelmente recente. Das quatro associações fundadas até a década de 90, três delas deixaram de atuar por um longo período de tempo, retornando suas atividades a partir de 2012, como relatado por seus membros.

As mudanças que as AAA's sofreram em relação às suas finalidades e funcionamento ao longo dos anos, foi determinante para o período em que ficaram sem atuação efetiva, mais especificamente durante a terceira fase do esporte universitário, no qual este foi caracterizado como esporte de alto rendimento, embora não tivesse estruturas ainda para tal. Esse fato causou um afastamento do movimento, como relatado por Starepravo *et al.* (2010), bem como o esporte e a Educação Física terem sido objetos de alienação durante a ditadura militar. Quanto ao recente ressurgimento das AAA's, corroboro com Pereira e Silva (2019) ao relacionarem com “[...] a falta, já nos dias de hoje, de definições precisas sobre o esporte e lazer enquanto direitos, a consequente deficiência de políticas voltadas para suas efetivações e o provável desinteresse das instituições universitárias ante a temática [...]” (p.113).

3.2 Instrumento e coleta de dados

Com o intuito de investigar a percepção dos integrantes das AAA's sobre a influência destas em sua formação, como efetivamente isso ocorre e, ainda, aprofundar na análise das atividades realizadas dentro destas associações, foi utilizado, na fase de coleta de dados, um questionário *online* cuja plataforma de aplicação foi o *Google Forms*. Foram redigidas 20 (vinte) perguntas, distribuídas entre seis questões abertas e 14 (quatorze) fechadas, para ampliar a compreensão dos dados e auxiliar na descrição dos resultados e na discussão.

Primeiramente, realizei contato com todas associações e, posteriormente, enviei o instrumento de coleta de dados. Esse tipo de instrumento é classificado por Vieira (2009), como “Questionário de auto aplicação”, caracterizado pelo seu envio aos respondentes através de meios como correio, e-mail ou internet, tornando-os de fácil distribuição, coleta e processamento dos dados. Para responder ao questionário, os participantes preencheram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

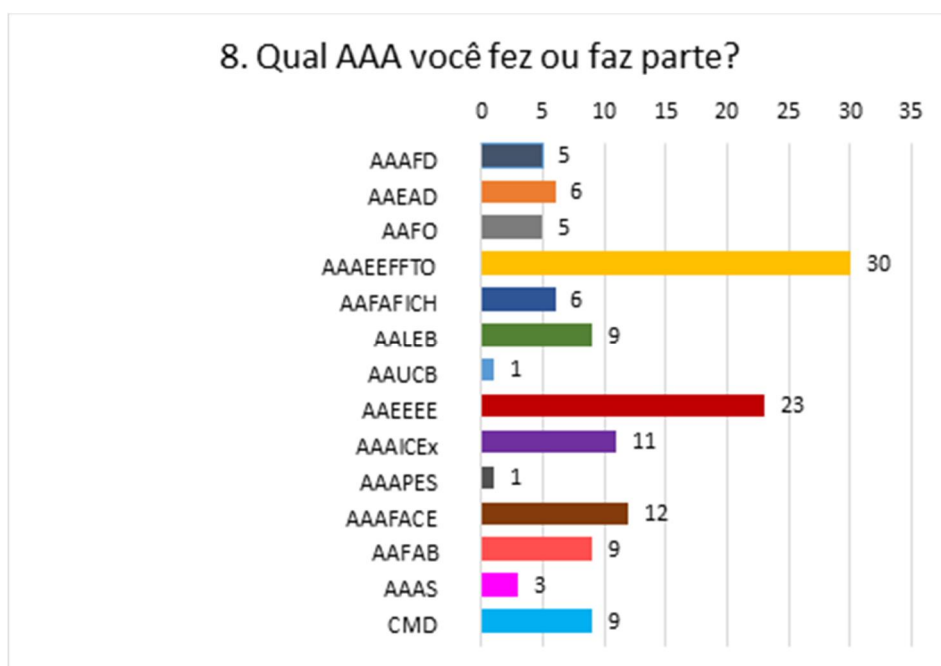
A análise dos resultados foi realizada por meio de tabulação dos dados via *Microsoft Excel* para as perguntas fechadas e, para as perguntas abertas, foi realizada uma análise de conteúdo que “[...] consiste em desmontar a estrutura e os elementos desse conteúdo para esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 214).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico serão apresentados os resultados das análises estatísticas e descritivas do questionário aplicado, por meio das categorias: caracterização do público-alvo; motivação para a participação nas associações; atividades desenvolvidas nas AAA's; e o papel do esporte universitário e sua influência na formação dos estudantes.

4.1 Caracterização do público-alvo

Das 111 respostas obtidas no questionário, foi possível verificar que participaram integrantes de todas as 14 atléticas existentes na UFMG e, no total, 41 cursos estavam representados nas respostas, atingindo mais de 40% dos cursos da instituição. As AAA's com maior número de participantes na pesquisa foram AAEEFFTO com 27%, possivelmente pela minha rede de contatos, e AAEEEE com 21%, por englobar mais cursos dentro da grande área das Engenharias. Cabe registrar que sete participantes informaram pertencer/ter pertencido a mais de uma atlética.



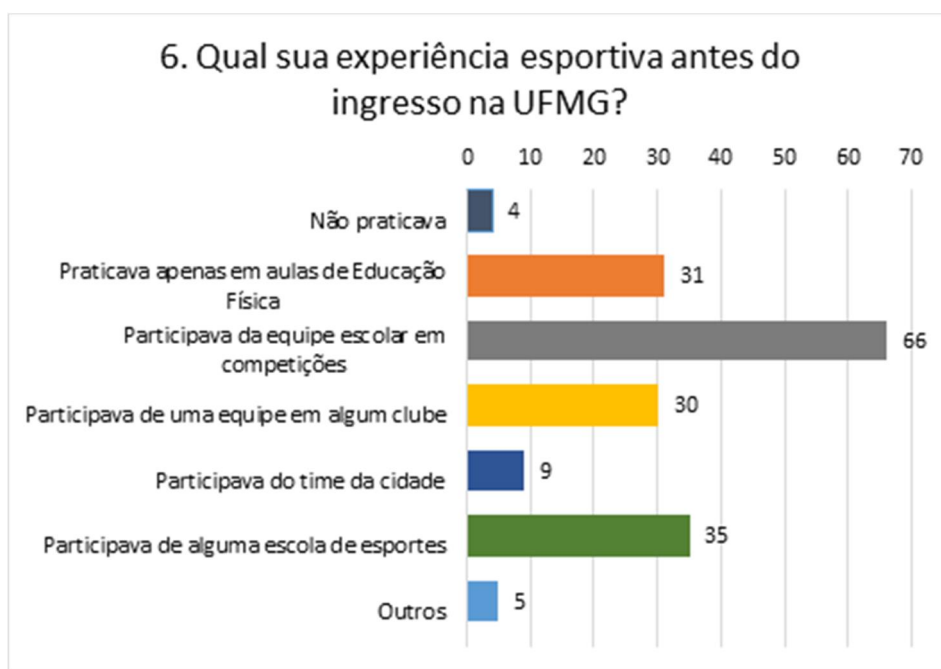
Fonte: Elaboração Própria

Quanto aos participantes, responderam ao questionário 62 mulheres cisgênero, 46 homens cisgênero, uma pessoa não-binária e outra preferiu não se classificar. Apenas 38 pessoas não tiveram nenhum vínculo empregatício durante a

participação na atlética. Em relação ao vínculo com a UFMG, 27% já haviam se graduado e 73% estavam cursando a graduação. Destes, apenas três se envolveram com sua AAA exclusivamente durante o período da pandemia do COVID-19⁶.

4.2 Motivação para participação nas associações

Outro fato que foi possível constatar é que a maioria dos entrevistados, 107 (96%), já entraram na faculdade com uma experiência esportiva prévia, sobretudo na forma de esporte de rendimento, com a participação em competições em clubes e/ou associações, representando sua cidade ou em competições escolares, sendo este último a resposta mais recorrente, como indicado no gráfico abaixo:



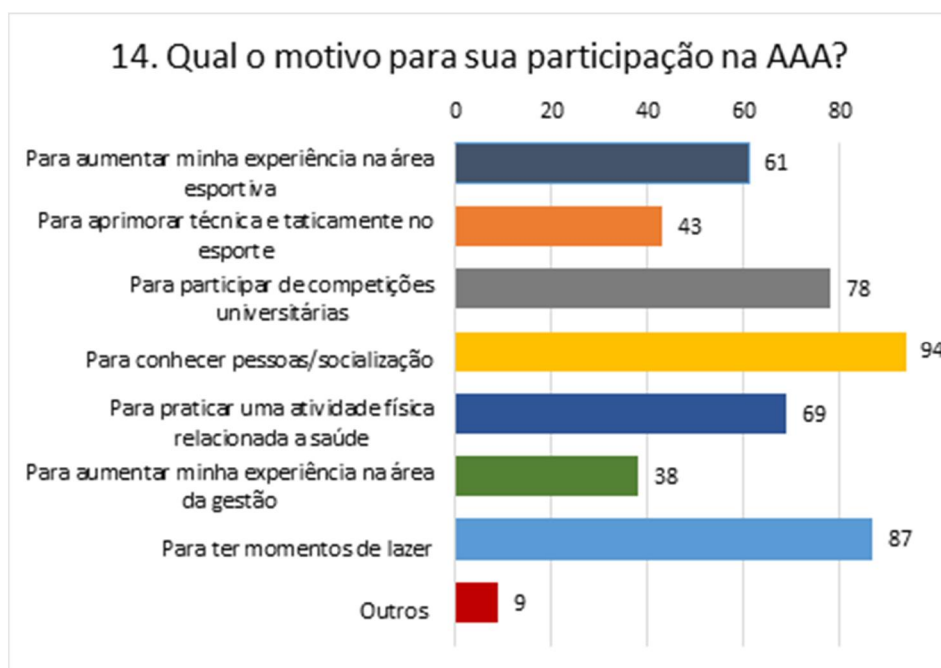
Fonte: Elaboração Própria

A escola ainda é o principal ambiente em que as crianças e adolescentes vivenciam o esporte e, apesar de existirem diversas formas de manifestação do esporte na escola, ainda existe um peso grande na visão tecnicista do esporte escolar, na esportivização da Educação Física, focando no desenvolvimento de atletas, fatores que são alvos de muitas críticas (ASSIS, 2019, p.22). Convém

⁶ A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>>. Acesso em: 19 jul. 2021

ressaltar, que embora seja importante a manifestação do esporte de rendimento, tais críticas são pertinentes, visto que o esporte na escola não deve ter um caráter excludente, e sim valorizar a inclusão e socialização dos sujeitos, propiciar vivências nas diferentes manifestações da cultura corporal, bem como a promoção da saúde, da educação e o desenvolvimento de habilidades tais como o trabalho em equipe, a competitividade, superação de conflitos, entre outros.

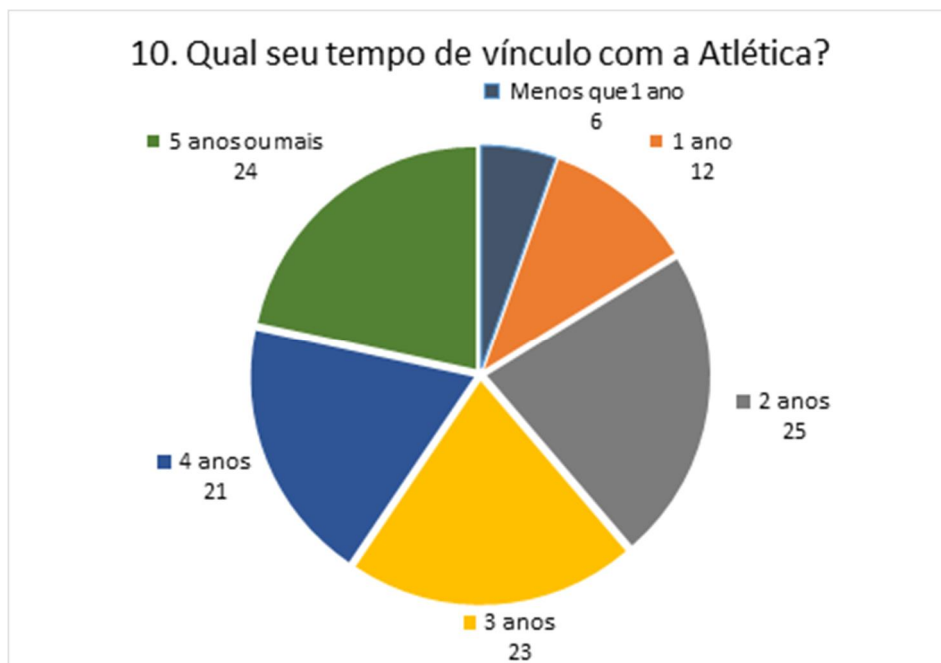
Ao relacionar a experiência esportiva antes do ingresso na UFMG com a motivação para a participação em associações atléticas, fica evidente que a experiência com o esporte escolar tem bastante influência na busca pelo esporte na universidade, uma vez que as principais respostas foram a socialização (presente em todas as manifestações do esporte), a busca por momentos de lazer e a participação em competições, como demonstra o gráfico abaixo:



Fonte: Elaboração Própria

Vale destacar que as opções mais escolhidas parecem ser uma motivação para um primeiro contato com as associações - influenciando também na sua permanência -, enquanto que algumas respostas presentes na opção “Outros”, como: “Auxiliar na promoção do esporte”; “Para contribuir a uma causa em que acredito que é a importância do esporte universitário”, “Para dar continuidade ao projeto que estava em vias de se encerrar” e “Para fazer crescer o esporte universitária na fafich e na ufmg” demonstram ter uma maior relevância quando se trata de permanecer nas AAA’s.

Adentrando no tempo de vínculo com as atléticas, somente 18 participantes ficaram um ano ou menos, enquanto todos os demais permaneceram mais de um ano, havendo uma maior incidência daqueles que permaneceram por dois anos e cinco anos ou mais, 25 (22,52%) e 24 (21,62%), respectivamente.



Fonte: Elaboração Própria

Analisando o gráfico 4, nota-se uma predominância dos participantes que permanecem na atlética por mais de um ano, e ao associá-lo com as respostas citadas acima sobre possíveis motivações para continuar na atlética, deduzo que vivenciar a rotina de uma atlética, executando e/ou participando de suas atividades, faz com que os participantes entendam a importância de uma AAA enquanto executoras de políticas de esporte e lazer e contribuinte para a formação de indivíduos socialmente ativos. Merece destaque o fato de que, mesmo diante das dificuldades enfrentadas, isso parece não ser um fator para a desistência e sim um estímulo para seus participantes agirem em prol do fomento do esporte universitário, com a consecução de seus projetos. Tais dificuldades serão especificadas no próximo subitem.

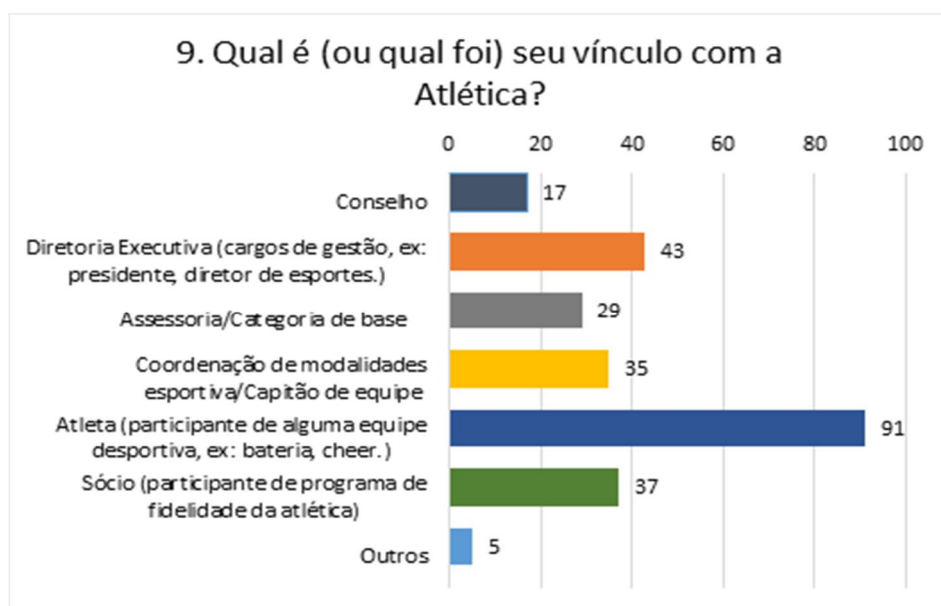
Sobre como os estudantes têm seu primeiro contato com a AAA, observa-se que as atléticas são responsáveis pela sua própria promoção, seja por ações institucionalizadas, pelas redes sociais ou pela divulgação popular, o tão conhecido “boca a boca”, evidenciando a falta de envolvimento das unidades acadêmicas na

divulgação e fomento das associações. Três participantes tiveram seu primeiro contato com a atlética ao participarem em sua fundação.

Em pesquisa realizada por Ferreira (2016), os resultados mostravam as atléticas ou as competições promovidas por elas, como principal meio de contato com o esporte na UFMG. Tais resultados, somados aos da presente pesquisa, me levam a crer que, em geral, o primeiro contato dos estudantes e sua permanência nas atléticas estão intrinsecamente associados.

4.3 Atividades desenvolvidas pelas AAABs

Quanto aos vínculos dos participantes com as AAA's foi possível identificar que há um acúmulo de funções desempenhadas, no qual os atletas, grande maioria dos participantes desta pesquisa (81,98%), acumulam outros cargos. Como já visto anteriormente, há uma aproximação com a atlética devido à experiência prévia com as práticas esportivas e, a partir desse contato, parece ser comum o envolvimento com cargos de gestão.



Fonte: Elaboração própria.

Apenas uma pessoa relatou participar “apenas assistindo”, sem maiores envolvimento com cargos específicos, e outras quatro indicaram participar como treinadores(as) ou frequentadores das festas/eventos. Dessa forma, além de proporcionar experiência na área de gestão, aproximação ou reaproximação com

práticas esportivas, entre outras possibilidades, as AAA's podem gerar oportunidades para experiência e formação profissional, por meio da inserção no mercado de trabalho, como elucidado pelos participantes:

Sim, consegui meu estágio por conta das habilidades de venda, liderança e comunicação que eu adquiri e desenvolvi durante meu tempo na AAEEEE (Representante da AAA 70)

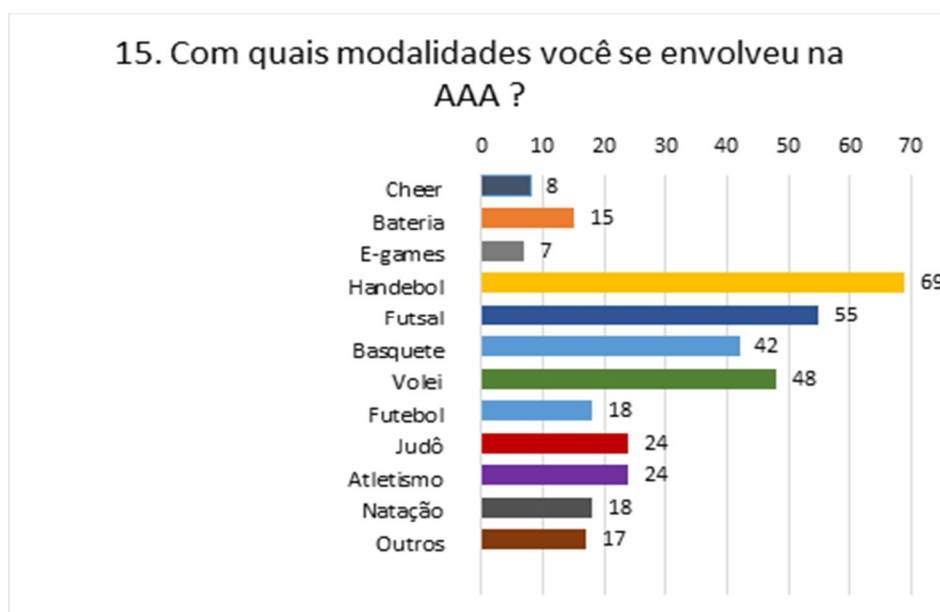
Definitivamente! Hoje meu trabalho é majoritariamente voltado às baterias universitárias [...] (Representante da AAA 92).

Com certeza! Minha participação na Atlético foi fundamental na escolha de carreira, conquista do estágio e desenvolvimento pessoal (Representante da AAA 18, grifo nosso).

Considero que contribuiu bastante, pois sendo treinador de equipes universitárias pude exercer minha profissão, fazer testes e acumular um bom conhecimento acerca de processos de treinamento (Representante da AAA 82).

Sim. Me possibilitou criar um bom networking com o público praticante de esportes, o que tem sido essencial no meu início de carreira. Me possibilitou desenvolver e gerir projetos e pessoas voltados para o esporte, o que tem sido meu diferencial no mercado de trabalho (Representante da AAA 13, grifo nosso).

Uma vez que o atleta, na grande maioria das vezes, desempenha mais de uma função, existe uma riqueza de práticas e atividades realizadas na/pela AAA's. Sendo assim, interessante se faz expor as principais modalidades com qual eles se envolveram:

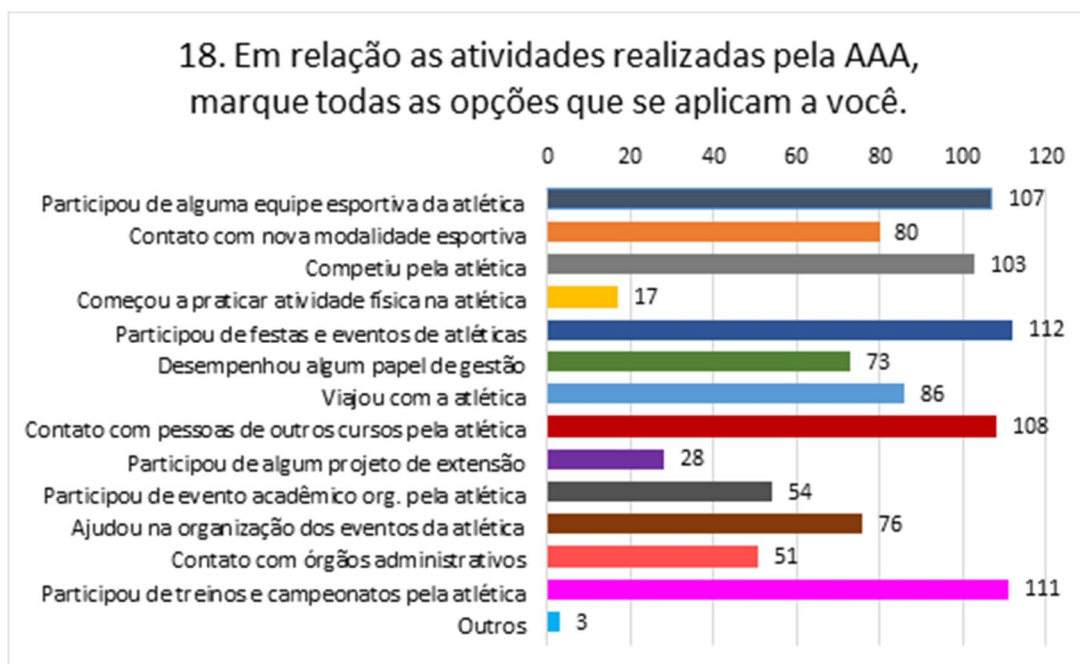


Fonte: Elaboração própria.

Em “Outros” foram citados o xadrez, a peteca, o tênis de mesa, o jiu jitsu, o vôlei de praia/areia e o poker. Nesta categoria, vale destaque ao movimento das baterias e *cheerleaders* que são modalidades que tem ganhado força recentemente no meio do esporte universitário:

[...] As baterias/charangas e *cheerleaders* aparentam constituir, neste sentido, fenômenos significativos ao possibilitar a inclusão e participação daqueles alunos que não familiarizam com a prática esportiva em si, mas se mobilizam por meio da música, da ginástica e/ou da dança, agregando maior sentimento de pertencimento dos mesmos com a instituição e contribuindo, conseqüentemente, para maior integração da comunidade acadêmica e AAA (PEREIRA; SILVA, 2019, p.120).

Em relação às atividades realizadas pelos participantes, verifica-se que as principais ações são referentes a participação e organização de eventos esportivos, propiciando o convívio com pessoas de outras unidades acadêmicas. Desempenhar papéis de gestão, viajar para competir ou a negócios, ter contato com novas modalidades e com órgãos administrativos, também foram atividades que se destacaram.



Fonte: Elaboração própria.

A partir da análise das principais atividades desenvolvidas, não resta dúvidas sobre sua contribuição para o fomento do desporto universitário, bem como a integração de toda a comunidade acadêmica, através de eventos sociais, culturais e de lazer. Vale ressaltar que as experiências de gestão que a atlética proporciona,

são importantes instâncias formativas no que se refere a conhecimentos técnicos e capacitações pessoais:

Minha participação se deu através do marketing e com isso aprendi e aprimorei coisas sobre designe [sic] e criações de arte, o que me ajudou a conseguir o meu atual estágio (Representante da AAA 10, grifo nosso).

[...] Aprendi a lidar com problemas, gerir eventos, correr atrás das coisas, ser proativa, a lidar com pessoas que pensam diferente de mim (Representante da AAA 61).

Sim, foram muitos anos, participando de várias esferas de tomada de decisão, com várias equipes de pessoal distintas. Todo esse processo de negociação, discussões e modelagens de arranjos institucionais são importantes na formação pessoal e profissional das pessoas, e são experiências nem sempre disponíveis com esse grau de liberdade de atuação (Representante da AAA 8).

Na questão referente às principais dificuldades enfrentadas, foi possível traçar diferentes eixos de análise. O primeiro está relacionado à falta de auxílio institucional, à desvalorização e à pouca adesão à atlética.

[...] Falta vontade em muitos colaboradores, até porque atualmente, as AAA muitas vezes são vistas apenas como meio de lazer e não de aprendizado e seriedade. E isso influi na desvalorização por parte da diretoria dos prédios, dos professores e demais discentes. Sobre o capital, é também uma dificuldade arrecadar fundos, visto que há muito pouco (ousaria dizer nenhum), incentivo institucional [...] (Representante da AAA 5).

Dificuldade de engajar os alunos, que estão cada vez mais sobrecarregados com as atribuições relativas à faculdade e outras atividades, e fazer isso com a cobrança de valores, pois a prática esportiva não é barata, exige custos, e atléticas normalmente tem dificuldade em capitalizar suas marcas, tendo que contar com o desembolso dos atletas (Representante da AAA 8, grifo nosso).

Muitas pessoas não levam a sério as atléticas, criticam por criticar e fomentam um ódio completamente infundado, que faz com que pessoas que acabaram de entrar na faculdade já tenham aversão. É foda isso principalmente quando vem do próprio DA (Representante da AAA 16).

Os maiores problemas estão relacionados à parte financeira. O esporte universitário já não recebe investimento, as atléticas então.. todo mundo tem que se virar pra conseguir materiais esportivos, valor de inscrição em competições, uniformes, etc. E, principalmente, conseguir ajudar os alunos/atletas que não tem condições de bancar uma viagem para competir. [...] E novamente, não há dinheiro para alugar outros locais. Diria que apoio da faculdade às atléticas também é uma limitação. Existe, mas não suficiente (Representante da AAA 50).

a visão externa de que é só bagunça, descrédibilidade por um trabalho complexo, a falta de estruturação financeira, na maior parte das atividades. Dificuldades em encontrar suporte, pessoas interessadas no trabalho, problemas para treino, estruturação de competições de qualidade (Representante da AAA 109, grifo nosso).

Conforme discutido anteriormente, o esporte e lazer estão garantidos no texto constitucional como um direito individual, sendo dever do Estado fomentar suas práticas e dar estruturas satisfatórias para que a sociedade possa usufruir de tais direitos. No âmbito da educação superior, a universidade e seus órgãos estudantis têm um papel fundamental na consolidação da importância do esporte e lazer, portanto, para um maior alcance dos alunos nos *campi*, estes órgãos precisam traçar estratégias que devem ser potencializadas e bem divulgadas (FERREIRA, 2016, p. 14). Logo, há uma relevância importante no papel da universidade e dos órgãos estudantis, no que diz respeito à participação dos alunos e o seu contato com o esporte na universidade, entretanto, pelos relatos vistos acima, nota-se que os alunos não se sentem amparados pela instituição.

No que se refere aos apoios que a instituição oferece às atléticas, temos o Centro Esportivo Universitário (CEU), tido como maior responsável pelo desenvolvimento de política de esporte e lazer da UFMG, "[...] atuando como núcleo de orientação, aplicação, e renovação de métodos e técnicas relacionadas às atividades físicas e desportivas" (UFMG, 2018, p. 154). Ainda sobre os espaços físicos, dentro das unidades acadêmicas, não há uma uniformidade em relação aos espaços cedidos às AAA's para realização de atividades, armazenamento de materiais, entre outros, uma vez que algumas associações relatam não ter uma sede. Já sobre os auxílios financeiros, estes são dados de maneira aleatória, não havendo uma padronização e nem assiduidade na forma de contribuição destinada as atléticas. Por exemplo, a diretoria do prédio da EEEFTO habitualmente fornece bolsas para ajuda de custos dos atletas de sua unidade que a representa em competições externas, enquanto outras Unidades Acadêmicas não.

O segundo eixo de análise está relacionado à falta e/ou precarização das dependências das universidades destinadas aos treinos e realização de atividades de lazer e a dificuldade para utilizar tais locais.

O centro de treinamento da UFMG é localizado na região da Pampulha, local distante para aqueles que moram perto do prédio de Arquitetura e Urbanismo, demandando um grande tempo de deslocamento. Além de que as quadras são a céu aberto o que dificulta um pouco os treinos as vezes, devido ao sol muito quente (Representante da AAA 51, grifo nosso).

[...] Outro grande problema é local para treinar. Temos o CEU, mas precisa de muitas melhorias de estrutura, de organização, de atendimento, de

gerenciamento, e temos o ginásio da EEFFTO, mas que tem uma ordem de prioridade de uso (questionável) e quase nunca outras unidades sem ser de lá conseguem usar [...] (Representante da AAA 50, grifo nosso).

Falta de apoio da Universidade, infra estrutura defasada (Ex.: durante todo o meu período da graduação a piscina do CEU ficou fechada). (Representante da AAA 67).

Falta de um espaço apropriado para treinos, visto que o barulho dos ensaios de bateria atrapalham atividades acadêmicas. Assim, acabamos tendo que treinar aos finais de semana que não tem atividades no campus, dias de semana durante a noite/madrugada ou fora da UFMG. Falta de dinheiro para a compra de instrumentos também foi uma dificuldade, mas conseguíamos pegar emprestado com outras baterias até arrecadar dinheiro por meio de festivais para adquirirmos os nossos (Representante da AAA 69, grifo nosso).

Falta de apoio da universidade, falta de espaço dentro do nosso prédio para a atlética [...] (Representante da AAA 84, grifo nosso).

A UFMG reconhece como sua infraestrutura de esporte e lazer para a comunidade e para atletas de alto desempenho, o CEU e o Centro de Treinamento Esportivo (CTE), respectivamente, e descreve em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) algumas ações como “potenciais integrantes de uma política de esportes e lazer” (p. 154), mencionando a programação do Domingo no Campus⁷, a Colônia de Férias no Campus⁸ e as Associações Atléticas.

Entretanto, com os depoimentos dos participantes e, aliado com a minha vivência nas dependências do CEU, constata-se que fatores relacionados com a infraestrutura dificultam consideravelmente a prática esportiva nesses locais, sendo alguns deles: presença de iluminação em apenas cinco das 15 quadras, o que dificulta e congestiona a utilização durante o período da noite; quadras descobertas impossibilitam a realização de treinos em períodos chuvosos, assim como o calor excessivo também atrapalha bastante; a restrição do treinamento de algumas modalidades como o atletismo, por não ter espaço para a prática; e problemas de acessibilidade. O deslocamento dos estudantes de *campi* mais afastados da Pampulha também pode desfavorecer a utilização desses espaços. O acesso ao CTE e ao ginásio poliesportivo da EEFFTO - locais com melhor infraestrutura - é restringido a um grupo seleto de estudantes que fazem parte das equipes esportivas

⁷ Atividade que abre o Campus Pampulha para receber a visitação do público em geral, uma vez por mês, e um grande número de atividades de lazer são disponibilizadas para o público. Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/domingo-no-campus-retoma-atividades-em-2020>>. Acesso em: 12 jul. 2021

⁸ Evento gratuito que atende membros da Comunidade Acadêmica e seus dependentes em primeiro grau.

da UFMG que competem a nível estadual e nacional. Isso faz com que as atléticas busquem outros locais de treinamento, podendo gerar mais dificuldades em relação a gastos financeiros, distância, horários, etc.

Embora não tenha aparecido a confecção de produtos personalizados da atlética e a realização de festas nas respostas das atividades desenvolvidas, são ações comuns entre as AAA's como uma forma de arrecadação de dinheiro e uma forma de veicular sua identidade pela instituição.

Ainda dentro do quadro das dificuldades e limitações, percebe-se uma diferença em relação ao vínculo com as AAA's. Para aqueles que não ocupam algum cargo gerencial (19,8%), questões como a infraestrutura, materiais, tempo para conciliar estudo e treino e também a falta de apoio financeiro para participação em campeonatos são os maiores dificultadores. Já para aqueles que ocupam ou ocuparam cargos gerenciais (80,2%), as dificuldades giram em torno de apoio institucional - financeiro ou não -, promoção do esporte e preconceitos prévios em relação a atlética que dificulta a adesão de novos alunos.

4.4 Significado do esporte universitário e sua influência na formação dos sujeitos

Ao serem questionados sobre os objetivos de uma AAA e o papel do esporte universitário, houve um consenso entre os respondentes de que a socialização faz parte desses dois tópicos, bem como também entendem que o principal impacto de uma associação atlética é integrar a comunidade acadêmica.

O foco tão grande no aspecto da confraternização da comunidade acadêmica pode ser explicado pelo reflexo de uma prática sistematizada que o esporte universitário requer, mas ainda não é garantido devido ao pouco apoio, seja financeiro ou não, nas competições e práticas não formais, como apontado nas dificuldades enfrentadas pelos integrantes das associações atléticas. Portanto, ainda que exista pouco estímulo relacionado ao fomento ao esporte, a interação social entre os participantes não deixa de acontecer.

A respeito do objetivo das AAA's também foram recorrentes as respostas que vinculam a associação atlética à responsabilidade de “fomentar, garantir, estimular, promover, organizar e/ou difundir o esporte universitário”, que estavam atreladas à realização de competições esportivas e atividades de lazer e, com menos frequência, objetivos como “incentivar atividades físicas” e “representar os

estudantes e a instituição”. É interessante pensar na possibilidade dos estudantes representarem seu curso e/ou universidade em esfera estadual e nacional em competições esportivas, pois é uma experiência que agrega valores intrínsecos ao esporte, possibilitando trocas culturais e trazendo benefícios para o processo de formação do aluno.

Algumas respostas continham, para além do objetivo da associação, a justificativa de suas práticas, atribuindo as práticas das AAA's's um caráter salvacionista, que beneficia o ambiente da universidade, contribuindo para a saúde física e mental, bem-estar e qualidade de vida, tornando-se “válvulas de escape” de um ambiente exaustivo de estudo, como podem ser vistos nas transcrições que seguem:

Sim pois era uma válvula de escape para o estresse da rotina universitária (Representante da AAA 6).

Sim, contribuiu. Me proporcionou fazer coisas das quais eu mais amo na vida, que são para mim um escape em momentos de stress, são elas: prática de esportes e competições, convivência coletiva, sentir que colaborei também na manutenção desse espaço para outras pessoas durante o tempo que fui da diretoria. Não sou capaz de imaginar como teria sido minha saúde mental durante minha graduação se eu não tivesse participado da atlética (Representante da AAA 15, grifo nosso).

Para mim, o esporte universitário é uma parte importantíssima do percurso acadêmico de um indivíduo. Ele é fundamental para a socialização de calouros e veteranos, e proporciona muitos benefícios para a nossa saúde - física e mental (Representante da AAA 88).

Todos reconhecem o papel do esporte universitário como importante para o percurso formativo. Para além da interação social, os respondentes citaram a aproximação (ou reaproximação), inserção e promoção das práticas esportivas, visando tanto o desenvolvimento motor como o desenvolvimento de habilidades comportamentais, como o trabalho em equipe, entre outros.

O esporte, seja na universidade ou em qualquer outra fase da vida, tem como consequência da sua prática, o desenvolvimento de senso de coletividade, de responsabilidade com você e com o outro, de disciplina e compromisso. Além de trazer benefícios como interação social, saúde mental e física, desenvolvimento de coordenação motora, conhecimento do próprio corpo, noção de espaço e movimento, e desenvolvimento de habilidades no geral, que muitas vezes ficam de lado na formação acadêmica técnica (Representante da AAA 79, grifo nosso).

Portanto, ainda que com uma diversidade de respostas, tem-se o reconhecimento da importância do esporte universitário no processo educacional e da sua contribuição para fatores de expansão da cidadania.

Em relação a influência das associações atléticas na formação desses sujeitos, também houve um consenso dos participantes que as organizações contribuíram significativamente para seus percursos formativos, alegando que tal participação auxiliaram no enriquecimento de suas experiências acadêmicas. Nas respostas foi possível identificar fatores tanto para o desenvolvimento profissional como para o pessoal. Os tópicos mais recorrentes foram o desenvolvimento das chamadas *soft skills*⁹; um estilo de vida mais saudável, seja pelo envolvimento com práticas de esporte e lazer ou pelo alívio de estresse; o contato com diferentes áreas, como o marketing, financeiro, etc; e o desenvolvimento pessoal por meio da inserção em questões sociais e na representação de minorias. Além disso, convém destacar que as AAA's foram atreladas a criação de oportunidades para o mercado de trabalho, sentimento de pertencimento à faculdade e a percepção sobre sua própria capacidade.

Contribuiu de forma imensa. Nesses mais de 4 anos de AAFAB eu cresci muito como pessoa, principalmente no que diz respeito à resolução de problemas. Estar dentro de uma AAA é aprender constantemente sobre como comunicação e dedicação podem influenciar o sucesso ou fracasso de qualquer iniciativa. Além disso, é importante lembrar que enquanto membro de uma AAA, sempre acabamos adquirindo conhecimentos que NUNCA imaginamos ter. Eu, por exemplo, por ser secretária-geral, acabei aprendendo a lidar com contratos online, com estatutos, regimentos, termos de compromisso e afins. Também acabei aperfeiçoando noções de design enquanto fui diretora de marketing. Enfim, a AAFAB me trouxe experiência em diversos âmbitos que podem me ajudar tanto academicamente quanto na vida pessoal e profissional (Representante da AAA 5, grifo nosso).

Sim, minha formação de mundo, envolvimento com o esporte, questões de gênero e relacionamento, organização, vivência de mundo, comprometimento e pertencimento à faculdade (Representante da AAA 99).

Sim. Eu consegui alcançar quase todos os meus objetivos durante minha gestão na atlética, pessoais e como presidente, o único que não consegui como diretor as gestões seguintes alcançaram. Isso foi importante para mim pois ter sucesso em algo que coloquei tanto tempo é bom para mostrar a mim mesmo um pouco do que sou capaz. Além disso, consegui

⁹ As Soft Skills são classificadas como habilidades importantes no ambiente de trabalho moderno, pois podem auxiliar no atendimento às demandas apresentadas pela expansão tecnológica, pela mudança organizacional estrutural, pela integração de negócios geograficamente dispersos em redes de produção globais, além da necessidade de acompanhar os avanços tecnológicos e responder aos novos desenvolvimentos do mercado. (PENHAKI, 2019). Disponível em: <<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/4275>>. Acesso em: 21 jul. 2021

desenvolver minha oratória, capacidade de gerir pessoas, problemas e eventos, minha liderança e conheci muitas pessoas, além disso fortaleci a relação com a futura mãe dos meus filhos (Representante da AAA 55).

Fundamental. A prática esportiva é importante em qualquer idade. Para nós universitários, além da parte relacionada à saúde, o esporte tem um papel de aliviar tensões. É um local onde podemos relaxar, extravasar e acalmar a mente. Num âmbito universitário, onde existe muita pressão, cobrança e exigência por conta dos estudos, o esporte traz o equilíbrio. Além da questão da saúde física e mental, tem mais dois quesitos, o desenvolvimento que o esporte traz extra campo e a continuidade no esporte vindo da escola. [...] E com relação ao desenvolvimento extra campo, é o aprendizado que temos ao participar de uma equipe: companheirismo, união, lutar por um objetivo, dar raça, aprender a perder, trabalho em equipe, liderança, estratégia, superar obstáculos..enfim.. inúmeras coisas que podem ser aplicadas à nossa vida pessoal e profissional (Representante da AAA 50).

Os resultados destacados acima coadunam com a visão dos participantes de que os objetivos da formação universitária não são, exclusivamente, a priorização da formação profissional, uma vez que somente nove respostas assinalaram apenas essa opção. Todos os outros participantes marcaram mais de uma opção, mostrando o reconhecimento de uma vertente formativa que valoriza a formação integral, “que articula as potencialidades de todas as dimensões do ser humano” (AZEVEDO, 2014, p. 14).



Fonte: Elaboração Própria

Além das opções destacadas no Gráfico X, surgiu em “Outros” a ampliação do repertório intelectual, a ampliação da rede de contatos e oportunidades, a

ampliação do contato com várias áreas e o contato/conhecimento de pessoas para auxiliar no desenvolvimento pessoal e profissional.

A UFMG em seu PDI estabelece suas finalidades em:

[...] a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, compreendidos de forma indissociada e integrados na educação e na formação científica e técnico-profissional de cidadãos imbuídos de responsabilidades sociais, bem como na difusão da cultura e na criação filosófica, artística e tecnológica (UFMG, 2018, p.17).

Contudo, percebe-se uma diferença significativa na escolha da opção “contribuir para uma formação crítica, reflexiva e cidadã” em relação às outras opções, que não abarcam a formação tecnicista, presumindo, assim, que eles não consideraram haver uma correlação entre elas.

5 CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Eloah Exmalte de Castro. **Controle gerencial em Associações Atléticas Acadêmicas universitárias**. 2018. 55 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

ANDES-SN. Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira. **Cadernos ANDES** n.2. 3. ed. atualizada e revisada. Brasília: ANDES-SN, 2003.

ASSIS, Neilor Vitor do Livramento. **O esporte universitário**: um estudo com as equipes de competição da UFMG. 2019. 36 f. TCC (Graduação) - Curso de Educação Física, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

AZEVEDO, Jose Clovis de. Educação tecnicista *versus* formação humana: os ciclos de formação e o desafio da aprendizagem para todos. **Revista Competência**, [S.L.], v. 2, n. 2, p. 11-35, 30 jul. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.24936/2177-4986.v2n2.2009.91>.

BRACHT, V. **Educação Física e aprendizagem social**. 2. ed. Porto Alegre: Magister, 1997.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm. Acesso em: 17 mar. 2021.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1998. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto-Lei nº 2.306**, de 19 de agosto de 1997. Dispõe sobre a organização do ensino superior. Brasília, 19 de agosto de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2306.htm. Acesso em: 22 jul. 2021.

_____. **Decreto-Lei nº 3.860**, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior. Brasília, 9 de julho de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3860.htm#art41. Acesso em: 22 jul. 2021.

_____. **Decreto-Lei nº 3.199**, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Brasília, 14 de abril de 1941a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3199.htm. Acesso em: 17 mar. 2021.

_____. **Decreto-Lei nº 3.617**, de 15 de setembro de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos universitários. Brasília, 15 de setembro de 1941b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3617.htm. Acesso em: 17 mar. 2021.

_____. **Decreto-Lei nº 80.228**, de 25 de agosto de 1977. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Brasília, 25 de agosto de 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d80228.htm. Acesso em: 17 mar. 2021.

_____. **Lei Federal nº 8.672**, de 06 de julho de 1993. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Brasília, 06 de julho de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8672.htm. Acesso em: 21 fev. 2021.

_____. **Lei Federal nº 9.615**, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre esporte e dá outras providências. Brasília, 24 de março de 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9615consol.htm. Acesso em: 22 fev. 2021.

_____. Projeto-lei nº 7200/2006, 12 de junho de 2006. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 12 jun. 2006.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 236 de 08 de abril de 1987. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 08 abr. 1987.

BUENO, Luciano. **Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. 2008. 314 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

CAMARGO, Philipe Rocha de; MEZZADRI, Fernando Marinho. A organização e configuração do esporte universitário no Brasil (1940-1980). **Motrivivência**, Florianópolis, v. 30, n. 53, p. 52-68, maio 2018.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. 4.ed. Campinas: Papyrus, 1994. 225p.

DA COSTA, Lamartine. **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: CONFED, 2006.

DINIZ, Rafael Silva. **Mecenato esportivo: o trajeto da lei federal de incentivo ao esporte em Belo Horizonte**. 2016. 195 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Física, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

FERREIRA, Gustavo Apolinário. **O esporte universitário na UFMG: relevância no processo de formação e visão do aluno de graduação**. 2016. 41 f. TCC (Graduação) - Curso de Educação Física, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

FERREIRA, Suely. **A universidade do século XXI: concepções, finalidades e contradições**. 2009. 305 f. (Tese em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2009.

GEBARA, A. **Esportes: cem anos de História**. ENCONTRO DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA, 3. **Anais...** 1995.

GIL, Antonio Carlos *et al.* **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Christianne Luce; AMARAL, Maria Teresa M. **Lazer e cultura: metodologia da pesquisa aplicada ao lazer**. Brasília: UniSesi, 2005.

LANDIM, Fátima Luna Pinheiro; LOURINHO, Lídia Andrade; LIRA Roberta Cavalcante Muniz; SANTOS Zélia Maria Souza Araújo. Uma reflexão sobre as abordagens em pesquisa com ênfase na integração qualitativo-quantitativa. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 19, n.1, p. 53-58, jan. 2006.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MALAGUTTI, João Paulo Melleiro; ROJO, Jeferson Roberto; STAREPRAVO, Fernando Augusto. O esporte universitário brasileiro: organizações oficiais e as associações atléticas acadêmicas. **Research, Society And Development**, Maringá, v. 9, n. 8, p. 1-18, jun. 2020.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. A relação teoria e prática na formação profissional em lazer. *In*: ISAYAMA, Hélder Ferreira (Orgs). **Lazer em Estudo: Currículo e Formação Profissional**. Campinas: Ed. Papyrus, 2010. Capítulo 3, p.59-85.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; GUTIERREZ, Gustavo Luis; ALMEIDA, Marco Antônio Bettine de. O esporte contemporâneo e o modelo de concepção das formas de manifestação do esporte. **Revista da Faculdade de Educação Física da Unicamp**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 42-61, jul. 2008.

MARSHALL, T. S. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MENEZES, Pedro Augusto de Sá; REIS, Rodrigo Fogaça Teodoro dos. **Análise das possíveis competências desenvolvidas na Associação Atlética de Administração da Universidade Federal de Santa Catarina**. 2019. 83 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

OLIVEIRA, Pedro Henrique dos Anjos. **A importância das atléticas na construção da vida acadêmica de um universitário em Administração**. 2019. 41 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

PALMA, Deborah Duarte; CARVALHO, Sabrina Fidalgo; OLIVEIRA, Andreia Camila de; AMARAL, Paulo Costa. Perfil dos gestores do esporte universitário do município de São Paulo. **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 151-162, maio 2018.

PEREIRA, Brisa de Assis. **Políticas culturais de lazer e esporte nas universidades públicas federais de Minas Gerais**. 2018. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Física, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

PEREIRA, Brisa de Assis; SILVA, Luciano Pereira da. Políticas de esporte e lazer nas universidades federais de Minas Gerais: um olhar sobre as Associações Atléticas Acadêmicas. **Licere**, Belo Horizonte, v. 22, n. 4, p. 95-136, dez. 2019.

RAMOS, Renata; ISAYAMA, Hélder Ferreira. Lazer e esporte: olhar dos professores de disciplinas esportivas do curso de educação física. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 23, n. 4, p. 379-391, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v23n4/v23n4a07>. Acesso em: 03 fev. 2021.

RIBEIRO, Gabriela Machado. **Políticas de esporte e lazer: o papel da universidade em questão**. 2012. 109f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação Física. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

RIBEIRO, Gabriela Martins; MARIN, Elizara Carolina. Universidades públicas e as políticas de esporte e lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v.15, n.3, p. 1-39, set. 2012.

STAREPRAVO, F.A. **O esporte universitário paranaense e suas relações com o poder público**. Dissertação (Mestrado) - Educação Física. Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, 2006.

STAREPRAVO, F. A; REIS, L. J. A; MEZZADRI, F. M; JÚNIOR, W. M. Esporte universitário brasileiro: uma leitura a partir de suas relações com o estado. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 31, n. 3, p. 131-148, maio 2010.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; REIS, Leoncio José de Almeida; MEZZADRI, Fernando Marinho; MARCHI JUNIOR, Wanderley. O esporte universitário no Brasil: uma interpretação a partir da legislação esportiva. **Esporte e Sociedade**, Curitiba, v. 5, n. 14, p. 1-23, 2010.

STIGGER, M. P. **Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico**. Campinas: Autores Associados, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). **Plano De Desenvolvimento Institucional**. Belo Horizonte, UFMG, 2018.

_____. **Apresentação**. Disponível em: <https://ufmg.br/a-universidade/apresentacao>. Acesso em:

VIEIRA, S. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 159.